

Território, planeamento e urbanismo – para uma Agenda Urbana sustentável

PAULO V D CORREIA

CEG-IST – Centro de Estudos de Gestão
Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa
paulocorreia@tecnico.ulisboa.pt

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Aglomerados Urbanos em Vancouver, em 1976, e da Conferência das NU de Istambul, em 1996, e da adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, em 2000, que se têm observado melhorias significativas na qualidade de vida de milhões de habitantes em áreas urbanas, incluindo de moradores em construções clandestinas e precárias, de bairros de barracas e aglomerados informais. No entanto, subsistem múltiplas formas de pobreza, crescentes desigualdades e degradação ambiental entre os maiores obstáculos para o desenvolvimento sustentável em todo o mundo, sendo a exclusão social e económica e a segregação espacial realidades que se manifestam com frequência em cidades e aglomerados urbanos.

A promoção da coesão territorial, e assim também económica e social, significa cidades para todos, no que se refere à igualdade de acesso à utilização e fruição de cidades e aglomerados urbanos, procurando promover a inclusão e assegurar que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminações de qualquer ordem, possam habitar e construir cidades e aglomerados urbanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis, resilientes e sustentáveis e fomentar a prosperidade e a qualidade de vida para todos. Todas as pessoas devem poder desfrutar de direitos e oportunidades iguais, assim como de liberdades fundamentais, orientados pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo o total respeito pelas leis internacionais. A este respeito, a Nova Agenda Urbana das NU fundamenta-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Até 2050, espera-se que a população urbana quase duplique, com mais de 70% da população mundial a habitar em áreas urbanas, fazendo da urbanização uma das tendências mais transformadoras do Século XXI. Populações, atividades económicas, relações sociais e culturais, bem como os impactos ambientais e humanitários estão cada vez mais concentrados nas cidades, colocando enormes desafios de sustentabilidade nomeadamente em termos de habitação, infraestruturas, serviços básicos, segurança alimentar, saúde, educação, empregos dignos, segurança e recursos naturais.

Da Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) de 17 a 20 de outubro de 2016, em Quito, Equador, com a participação de governos subnacionais e locais, deputados, organizações da sociedade civil, comunidades autóctones e locais, representantes do setor privado, profissionais, comunidades científica e académica, e demais atores relevantes, resultou o compromisso de adotar a Nova Agenda Urbana das NU.

Na Europa, em 2014, a DG REGIO passou a designar-se como Directorate-General for Regional and Urban Policy, isto é, acrescentou a dimensão urbana à sua denominação. Em 30 de maio, também de 2016, foi assinado o Pacto de Amsterdão acordado na Reunião Informal dos Ministros da UE responsáveis pelos assuntos urbanos. A União Europeia é uma das áreas mais urbanizadas do mundo, já hoje com mais de 70% dos cidadãos europeus a viverem em áreas urbanas, devendo atingir mais de 80% em 2050. O desenvolvimento das Áreas Urbanas terá, pois, um impacto muito significativo no desenvolvimento sustentável futuro da União Europeia e dos seus cidadãos. As Áreas Urbanas de todas as dimensões têm a capacidade para ser motores da economia, impulsionando o crescimento, criando emprego para os cidadãos e reforçando a competitividade da Europa numa economia globalizada. A coesão económica, social e territorial da União Europeia e a qualidade de vida dos seus habitantes depende em grande medida do sucesso do desenvolvimento urbano sustentável, sem prejuízo da indispensável complementaridade e interdependência das interrelações urbano-rurais nas suas várias dimensões de sustentabilidade (Declaração de Cork 2.0, 2016).

Torna-se assim necessária uma abordagem conjunta entre as políticas sectoriais e os vários níveis da Administração que permita concretizar plenamente o potencial das Áreas Urbanas. A Carta de Leipzig, em 2007, sintetizou um conjunto de princípios e de orientações com vista à adoção de políticas nacionais, regionais e locais que permitam assegurar cidades europeias sus-

tentáveis, desenvolvimento urbano integrado e a governança que este requer, e uma organização territorial equilibrada que requer uma estrutura europeia policêntrica. A Agenda Urbana Europeia (2016) surge na sua sequência como uma abordagem equilibrada, sustentável e integrada relativamente aos desafios urbanos, focando-se em todos os principais aspetos do desenvolvimento urbano (não apenas o económico, o ambiental e o social, mas também o territorial e o cultural), de modo a garantir uma governança e uma política urbana sólidas, tendo em conta a diversidade europeia em todas estas dimensões, no pleno respeito pelo princípio da subsidiariedade e em harmonia com as competências de cada nível. Para os temas integrados nesta Agenda Urbana, seus problemas e propostas de ação, defende-se ‘melhor regulação, melhor financiamento e melhor conhecimento’.

A Agenda Urbana para a UE propõe uma nova forma de cooperação multinível entre as partes interessadas com o objetivo de reforçar a dimensão urbana da política europeia, onde cada parte interessada é livre de determinar o seu próprio nível de participação. Reconhece a estrutura policêntrica da Europa e a diversidade social, económica, territorial, cultural e histórica das Áreas Urbanas de toda a Europa.

O número crescente de desafios urbanos é de natureza local, mas requer soluções territoriais mais abrangentes (incluindo as ligações urbano-rurais) e a cooperação em áreas urbanas funcionais. Simultaneamente, as soluções urbanas têm o potencial de conduzir a benefícios territoriais mais amplos tendo em consideração as dimensões dos ‘hinterlands’ das principais áreas urbanas, frequentemente organizadas em constelações. As Autoridades Urbanas precisam, assim, de cooperar nas suas áreas funcionais e com as regiões vizinhas, ligando e reforçando a coerência e sinergias entre políticas territoriais e urbanas.

Considerando as prioridades da estratégia da UE para o horizonte 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, a lista inicial de Temas Prioritários (sem nenhuma ordem específica) para a Agenda Urbana para a UE é a seguinte: inclusão de migrantes e refugiados; qualidade do ar; pobreza urbana; habitação; economia circular; empregos e competências na economia local; adaptação climática (incluindo infraestrutura verde); transição energética; uso sustentável do solo e soluções baseadas na natureza; mobilidade urbana; transição digital; contratação pública inovadora e responsável.

Estes temas foram desenvolvidos posteriormente por grupos de trabalho integrando técnicos de cidades, áreas metropolitanas, municípios e regiões da

União Europeia ('partnerships') distintos, que produziram vários documentos técnicos com propostas de programas de ação, cuja síntese se apresenta.

INCLUSÃO DE MIGRANTES E REFUGIADOS

A UE adotou uma abordagem à gestão dos refugiados para resposta ao aumento considerável do número de chegadas durante 2015 (Agenda Europeia para as Migrações, 2015). Esta agenda inclui uma série de medidas de curto prazo e longo prazo focadas na redução do tráfico e da clandestinidade, gestão de fronteiras, implementação efetiva da Agenda e desenvolvimento de uma nova política europeia sobre migração legal, em conjunto com um foco claro em ações de apoio ao desenvolvimento de países africanos.

Está em curso a negociação de um conjunto de proposta legislativas que, uma vez concluídas, alteram o ambiente legal e operacional sobre asilo e migração, incluindo:

- Revisão do Regulamento de Dublin;
- Transformação do 'European Asylum Support Office (EASO)' na Agência Europeia de Asilo ('European Union Asylum Agency (EUAA)');
- Reforma da Diretiva dos Procedimentos de Asilo;
- Reforma da Diretiva de Qualificação;
- Reforma da Diretiva das Condições de Receção;
- Um novo quadro de instalação.

QUALIDADE DO AR

A poluição do ar tem sido uma das principais preocupações políticas da Europa desde o final dos anos setenta. A política da União Europeia sobre metas para a qualidade do ar visa desenvolver e implementar instrumentos apropriados para melhorar a qualidade do ar. Os principais instrumentos são uma série de Directivas que estabelecem os padrões de qualidade do ar no sentido da proteção contra concentrações poluentes excessivas, baseadas na investigação mais recente sobre os efeitos da poluição do ar na saúde.

O primeiro e mais importante destes instrumentos foi a Diretiva-Quadro para a Qualidade do Ar (96/62/EC) e Directivas subordinadas, que estabeleceram padrões para uma diversidade de poluentes incluindo ozono, partículas (PM10) e dióxido de azoto (NO2) para o período até 2004. Integrada na Estratégia Temática para a Poluição do Ar de 2005, a Comissão propôs a

consolidação da Directiva-Quadro e as primeiras três Directivas subordinadas numa única Directiva para a Qualidade do Ar (2008/50/EC), acrescentando objetivos para partículas finas (PM_{2,5}). Esta Directiva, em conjunto com a quarta Directiva 2004/107/EC, estabelecem o quadro para controlo das concentrações de poluentes do ar da UE. O controlo de emissões de fontes móveis, a melhoria da qualidade dos combustíveis e a promoção e integração de requisitos de proteção ambiental para os setores dos transportes e da energia integram também os objetivos.

A legislação europeia assenta nos seguintes princípios: os Estados Membros dividem o seu território num número de zonas e aglomerações com vista à avaliação dos níveis de poluição do ar utilizando medições, modelação e outras técnicas empíricas – reportando os dados de qualidade do ar à Comissão. Quando os níveis são elevados, acima dos valores limite ou metas (padrões), os Estados Membros devem elaborar um plano para a qualidade do ar ou um programa, dirigidos às fontes responsáveis. Esta informação deve ser pública, sendo em Portugal disponibilizada pela APA.

POBREZA URBANA

A pobreza urbana e, em particular, a pobreza infantil são problemas prementes que requerem intervenções prioritárias. No caso da pobreza infantil, a ‘Eurochild’ defende que os direitos e o bem-estar infantil devem estar no centro da formulação de políticas. O problema tem vindo a agravar-se na UE, sendo que dos cerca de 100 milhões de pessoas com idade abaixo de 18 anos da UE, mais de 26 milhões estão em risco de pobreza ou exclusão social, embora a percentagem varie muito entre os países com valores extremos: Dinamarca (14.5%) e Roménia (50.5%).

A ‘Eurochild’ recomenda que uma Iniciativa de Garantia Infantil Europeia aborde as questões seguintes:

1. A pobreza infantil e exclusão social implicam estratégias integradas e planos de ação aos níveis nacional e subnacional, envolvendo ativamente os diferentes ‘stakeholders’ – políticos, técnicos, académicos e as crianças e as suas famílias em situação de pobreza. Esta é a chave para o sucesso; o acesso aos fundos deve depender da existência de um plano de ação local, regional ou nacional;
2. Outro objetivo ao nível da UE está em incluir a questão nos compromissos estratégicos, incluindo um indicador sobre a pobreza infantil no Re-

latório Semestral Europeu sobre Crescimento, entendendo que faz parte da avaliação do desenvolvimento sustentável.

Do mesmo modo é necessário estabelecer elos com outros programas comunitários tais como com o Fundo para Apoio Europeu aos mais Excluídos, e o Fundo para Asilo, Migração e Integração, por exemplo.

HABITAÇÃO

A questão da habitação acessível é hoje um tema central na Agenda Urbana da UE, seja para arrendamento, seja para aquisição. Os sistemas dos diferentes Estados Membros são diversos e ricos, pelo que este conceito pode não ser claro. Predomina o conceito de que o esforço financeiro das famílias em termos do ratio entre o encargo com a compra ou arrendamento da habitação própria e rendimento disponível não deve exeder cerca de 30%. Assim, as famílias com menores rendimentos poderão só ter acesso à habitação através de programas públicos de habitação social, ou a custos controlados, ou de apoios financeiros públicos (por exemplo, subsídio de renda ou bonificação de juros para aquisição de habitação própria) promovidos pelos municípios e pelo Estado, sob pena de este ser mais um fator de exclusão social e económica.

No mercado livre, a evolução dos preços atinge, por vezes, valores muito elevados devido a comportamentos especulativos mais ou menos alimentados por uma procura internacional, sobretudo a proveniente de países e de estratos sociais com rendimentos muito superiores às médias nacionais e locais. O controlo sobre a evolução dos preços no mercado livre é uma questão nacional de cada Estado Membro, ainda que possam existir orientações gerais resultantes das experiências diversas de toda a UE.

ECONOMIA CIRCULAR

A Agenda Urbana Europeia foca-se nas partes do círculo da economia circular que se crê serem as mais relevantes para as cidades e que têm um maior potencial de influência. O conjunto de critérios utilizados funcionou com orientador para a avaliação e seleção seguinte das ações a empreender:

- › Necessidades das cidades;
- › A Economia Circular entendida como apresentada pela Comissão Europeia no 'Package' da Economia Circular de 02.12.2015;
- › Potencial para melhoria – que apresente o maior potencial de melho-

ria quanto a Melhor Regulação, Melhor Financiamento e/ou Melhor Conhecimento;

- › Verificação da realidade – são exequíveis e podem ser realisticamente implementadas;

- › Existência de conhecimento especializado;
- › Valor acrescentado – é específica deste tema.

Foram escolhidos os temas seguintes para orientação do grupo de trabalho:

- › Consumo circular;
- › Gestão dos recursos urbanos;
- › Capacitadores e 'drivers' dos negócios circulares;
- › Governança.

Não foi elaborado um plano geral para introdução da economia circular ao nível da cidade, tendo o enfoque sido antes em ações e recomendações específicas que podem ser integradas em planos já existentes na maioria das cidades. O tema governança é crucial, tanto ao nível da cidade, como de cada Estado-Membro, como ainda da UE. Assim, foi posto um enfoque especial na necessidade de uma melhor governança a todos os níveis, com vista a assegurar que as questões pertinentes são tratadas ao nível adequado.

EMPREGOS E COMPETÊNCIAS NA ECONOMIA LOCAL

O facto das cidades e das suas aglomerações produzirem crescimento económico mais rápido (sendo assim mais produtivas) do que outras localizações, é bem conhecido e está bem documentado. A localização é, pois, um fator importante de competitividade e de desenvolvimento local. Um estudo da DG REGIO sobre os fatores de competitividade regional revela que a essência da competitividade regional numa perspectiva teórica, proporcionando uma visão geral bem estruturada, e apresentando três conceções básicas:

- › Regiões como sítios de especialização em exportação. Esta noção está intimamente relacionada com o investimento em fatores de produção e com a economia baseada na exportação;

- › Regiões como fonte de rendimentos crescentes. Esta noção reside no cerne da geografia económica e da "nova geografia económica";

- › Regiões como centros de conhecimento. Esta noção amplia o conceito de fatores 'soft', incluindo elementos sociológicos e institucionais, e também tem sido rotulada como "nova geografia industrial".

Considerando todos estes factos, o papel dos municípios nas regiões pode

ser enquadrado em dois fluxos de factores que visam promover o emprego. O primeiro consiste na exploração dos fatores básicos da produção, tais como recursos naturais, infraestruturas, trabalho, etc.. Este fluxo considera o local como uma fonte de "vantagem comparativa" para as empresas, em comparação com outros locais. O segundo fluxo corresponde a um sistema de apoio que cria um ambiente de negócios amigável e funcional. Enfatiza-se assim a localização como uma fonte de "vantagem competitiva" para as empresas. Os governos locais podem investir num sistema de apoio empresarial e no desenvolvimento de 'clusters' e parcerias.

As autarquias locais são cruciais para melhorar as circunstâncias para a criação de postos de trabalho, uma vez que podem desempenhar um papel na facilitação de um ecossistema empresarial favorável, promovendo a modernização da economia local, treinando a força de trabalho, apoiando o empreendedorismo, garantindo a infraestruturas e a mobilidade adequadas, proporcionando serviços públicos de qualidade, controlando o desenvolvimento urbano e o uso do solo, diminuindo o tempo e os procedimentos para obtenção de autorizações de construção, encontrando formas de estimular o emprego local através de regimes de regresso social, e promovendo programas de aprendizagem e instrumentos financeiros, tais como obrigações de impacto social e outros. No entanto, neste ponto é relevante lembrar a importância de envolver diferentes níveis da administração no domínio do emprego e competências, uma vez que as autarquias locais não trabalham isoladamente.

Identificam-se três áreas prioritárias e seis temas de intervenção, nomeadamente:

1ª área prioritária: Competências – próxima economia, educação e competências

Educação e competências – a preparação para a transição para a próxima economia do século XXI requer diferentes tipos de qualificações, nomeadamente as competências, com o objectivo de gerar especialistas e capacidades altamente qualificadas, de modo a fomentar uma maior produtividade, criatividade e inovação, e garantindo mercados de trabalho inclusivos. Por outras palavras, a próxima economia é construída sobre a próxima sociedade. Hoje, o mercado de trabalho tem um desajustamento entre oferta e procura. Muitos Estados-Membros da UE e cidades ainda têm uma taxa de desemprego relativamente elevada.

Próxima economia – possibilitando a transição de cidades e regiões com

uma forte indústria e frequentemente baseada em combustíveis fósseis para uma próxima economia baseada no conhecimento, interligação, energia sustentável, plataformas digitais e formas de produção mais localizadas e circulares. Isto proporciona um espaço de oportunidade para a articulação de iniciativas de economia social baseadas localmente com a promoção do desenvolvimento sustentável. A próxima economia requer uma economia totalmente nova e digitalizada, infraestrutura social e de conhecimento (ou seja, valorização) que se concentra em cruzamentos, ‘networking’ e ‘clustering’ inteligente.

2ª área prioritária: investimentos de capital – valorização de I&D e localizações de negócios

Valorização da I&D – facilitando a cooperação entre empresários e a comunidade científica e de investigação com o objectivo de incorporar os resultados e a evolução da investigação científica em investimentos de capital. A questão fundamental está na colaboração entre empresários e instituições científicas para promover a inovação e uma economia baseada no conhecimento. Além disso, as PME enfrentam um dilema produtivo: quer para ter uma oportunidade em produtos inovadores ou para continuar com o crescimento tradicional (preço ou quantidade).

Localizações de negócios – desenvolvendo parques de negócios e de escritórios de acordo com as necessidades atuais das empresas e empreendedores, existentes e novos, incluindo transporte e comunicação. Na era da globalização, há uma alta mobilidade de recursos (recursos humanos, investimentos, etc.), pelo que estas localizações têm de estar ligadas ao ambiente adequado, incluindo a infraestrutura necessária como uma das condições prévias para atrair investidores e/ou empresários.

3ª área prioritária: governança – serviços públicos e governança local efetiva

Serviços públicos – proporcionando a interface mais comum entre cidadãos, empresários e administrações locais, a fim de apoiar as actividades económicas. As cidades produtivas, inovadoras e de crescimento inteligente desenvolvem políticas que contribuem para o desenvolvimento equilibrado de todas as categorias de serviços públicos, que se conectam fortemente às necessidades das gerações atuais e futuras e, de acordo com o ambiente, condições, tamanho, perfil económico e a visão de desenvolvimento de cada área urbana.

Governança local efetiva – as cidades podem desempenhar um papel importante na garantia da transparência em todas as etapas da criação e imple-

mentação de novas estratégias de desenvolvimento, envolvendo os cidadãos nos processos decisórios. Além disso, para os investidores é igualmente importante desenvolver os seus negócios num ambiente previsível em termos de regulamentação (tais como licenças de construção ou licenças de atividade económica), impostos, incentivos, competências da força de trabalho, etc.. As cidades devem trabalhar em conjunto para melhorar e aumentar a sua capacidade administrativa para desenvolver e implementar estratégias integradas, criar novos tipos de serviços adaptados aos desenvolvimentos tecnológicos e às necessidades dos cidadãos (e-serviços).

ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

O objetivo da Parceria Adaptação Climática da Agenda Urbana para a UE é

“antecipar os efeitos adversos das alterações climáticas e levar a cabo as ações adequadas para prevenir ou minimizar os prejuízos que estas podem causar nas áreas urbanas. O enfoque encontra-se colocado na avaliação da vulnerabilidade, na resiliência climática e na gestão do risco, incluindo a dimensão social das estratégias de adaptação climática”.

Seguindo os três focos da Agenda Urbana transversais a todos os seus âmbitos temáticos, propõem-se as medidas seguintes.

Melhor regulação

- › Revisão das ferramentas de regulação e de desenvolvimento e planeamento urbano, com especial foco nas ações nacionais, regionais e locais de adaptação climática;
- › Promover um maior envolvimento das associações de municípios nacionais e do Pacto dos Autarcas como facilitadores e conselheiros das autoridades locais.

Melhor financiamento

- › Desenvolvimento de diretrizes e de ferramentas para a análise económica da adaptação climática;
- › Recomendações para os (futuros) programas operacionais do FEDER de modo a melhorar o acesso dos municípios;
- › Um novo (programa) LIFE para os projetos de adaptação climática urbana;
- › Apoio adicional para a elaboração dos planos de adaptação local às alterações climáticas.

Melhor conhecimento

- › Melhorar o acesso dos Municípios da UE aos dados do projeto COPERNICUS;
- › Melhorar o conteúdo urbano do Climate-ADAPT;
- › Academia de formação em adaptação climática para os decisores políticos;
- › Promover e melhorar o envolvimento dos cidadãos e das partes interessadas, a nível regional e local, nos programas de adaptação climática;
- › Promover o acesso aberto aos dados das seguradoras para a gestão do risco climático.

Este processo é uma resposta importante aos problemas de resiliência urbana, reconhecidos tanto à escala Mundial e Europeia, como ao nível local. A ação ao nível local é a chave para se atingirem com sucesso os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Mas esta requer o apoio de todos os níveis, numa ação de governança conjunta. A abordagem participativa, de baixo para cima, que base do Plano de Ação, significou aproximar as realidades e as necessidades locais do apoio e conhecimento de especialistas internacionais, assim como as questões associadas à governança e aos mandatos legislativos às estratégias nacionais e internacionais, para definir soluções. As ações específicas têm como objetivo aumentar o número de áreas urbanas que adotem e implementem estratégias e planos de adaptação climática, contribuindo para a redução de perdas humanas, ambientais, materiais e económicas resultantes dos impactos das alterações climáticas.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A transição energética requer uma mudança estrutural de longo prazo, criando um sistema energético mais integrado e mais inteligente, que seja mais capaz de gerir e equilibrar os padrões dinâmicos de oferta e procura a um Nível da UE, nacional e local. A capacidade de viver das cidades europeias dependem da criação de um sistema energético mais inteligente e mais integrado a nível da UE, nacional e local; um sistema seguro, resiliente, acessível, limpo e sustentável. O sistema para o futuro deverá permitir: minimizar a procura de energia; diversificar as suas fontes; maximizar combinações económicas de opções de armazenamento; implantar plataformas inteligentes, tecnologias e controlos e gestão para criar um sistema energético mais integrado, mais inteligente e mais descentralizado; otimizar a utilização de fontes de energia secundárias; proporcionar acessibilidade e escolha aos con-

sumidores; permitir que os clientes sejam prosumidores de energia – tanto consumidores como produtores.

O principal desafio desta transição energética está em como implementar a abordagem disruptiva requerida, que implica a criação de um novo sistema de energia inteligente e integrado ('smart grids') com maiores níveis de descentralização – proporcionando um sistema energético seguro, resiliente, limpo, de baixo carbono e acessível, bem como a introdução do sistema circular de energia, com redução do uso, a reutilização das fontes de energia secundárias disponíveis e com uma componente crescente de energias renováveis. Implica ainda criar um mercado energético que reconheça e recompense todos os intervenientes para permitir a transição para um sistema energético flexível e conduzido pela procura. As energias renováveis são parte importante da solução, mas necessitam de um sistema que possa acomodar a sua natureza intermitente e integrá-las eficazmente. Importa ainda assegurar planos e abordagens sustentáveis de desenvolvimento urbano, com um planeamento de energia que desempenhe um papel fundamental.

Os principais estrangimentos para esta transição energética devem-se a:

- › Regulamentação desadequada;
- › Sistemas existentes ultrapassados;
- › Falta de conhecimento técnico e financeiro para mudança radical;
- › Preços baixos e subsídios para os combustíveis fósseis;
- › Baixos custos de direitos de emissão de CO₂;
- › Falta de envolvimento da população;
- › Falta de capacidade para adoção de soluções eficientes em termos de custo e de armazenamento de energia, tanto ao nível do edifício, como do sistema.

Como oportunidades para a mudança, enunciam-se as seguintes:

- › Custos do ciclo de vida da mudança – construção, gestão e operação – trazem o surgimento e consolidação de um novo mercado;
- › Estímulo da transição através de legislação nova e adequada;
- › Criação de condições que permitam soluções competitivas de baixo carbono e descarbonizadas;
- › Apoio técnico e financeiro a projetos municipais;
- › Competitividade num mercado não subsidiado, indispensável à introdução do controlo dos preços e da inovação;
- › Inovação e melhoria tecnológica contínua;
- › Facilitação do acesso às condições melhoradas de mercado através de

regulação e do aumento do preço das emissões; comercialização das soluções e apoio às PME;

- › Envolvimento dos cidadãos no planeamento energético e nas escolhas de consumo;
- › Novos instrumentos e modelos financeiros e melhoria dos existentes para apoio específico às cidades na sua transição energética;
- › Interligação da Transição Energética com outras políticas, nomeadamente, Habitação, com o reconhecimento dos benefícios correspondentes;
- › Inovações e tecnologias orientadas para o utilizador, com vista a assegurar que as mudanças e oportunidades são acessíveis e executadas;
- › Melhor acesso à informação disponível, com vista a permitir melhor planeamento e gestão da transição.

Sob o objetivo geral de criar um sistema energético inteligente e integrado identificam-se os seguintes objetivos específicos:

- › Seguro e Resiliente – um sistema de energia que tem uma gama diversificada e extensa de fontes de energia que controla a capacidade de armazenamento que é capaz de utilizar para responder à procura em condições muito variáveis. Este requisito assegura que o projeto e a configuração do sistema de energia lhe permita mitigar uma diversidade de riscos no assegurar da disponibilidade de energia, garantindo que a energia esteja sempre disponível para o maior número de consumidores da forma mais coerente possível.
- › De Preço Acessível, Justo e Equitativo – um sistema que utiliza energia com eficiente máxima e com o mesmo nível de serviço e a melhor rentabilidade. Isto garante que a energia é fornecida a um preço justo, que os consumidores podem pagar e em que as empresas podem manter a sua competitividade.
- › Limpo e Sustentável – sistema energético que utiliza eficazmente a energia através da minimização da procura, minimizando a energia desperdiçada e maximizando a utilização de fontes de energia secundárias e renováveis para satisfazer a sua procura remanescente antes de utilizar a cogeração de alta eficiência para satisfazer a procura residual. Também minimiza as emissões de gases e de partículas prejudiciais para a atmosfera, com a consequente melhoria da qualidade do ar.

Tudo isto requer uma abordagem que assegure um sistema inteligente e integrado de sistemas a partir das seguintes quatro componentes consideradas e integradas através de um extenso processo de ‘master planning’ de energia:

- › Fontes de energia, produção e armazenamento;

- › Redes de distribuição de energia;
- › Plataformas inteligentes de dados, e Gestão e Controlos de energia;
- › Tipos de consumidores e consumos de energia.

USO SUSTENTÁVEL DO SOLO E SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA

O objetivo central da Agenda Urbana Europeia neste âmbito corresponde a ‘assegurar que as mudanças nas Áreas Urbanas (crescimento, redução e regeneração) respeitam o ambiente e promovem a qualidade de vida’. De uma série de questões transversais destacadas no Pacto de Amesterdão, reconhece-se que a dimensão territorial, a importância das pequenas e médias cidades, e o valor acrescentado do bom planeamento urbano, são fundamentais.

Sendo os recursos de solo escassos, são evidentes os benefícios potenciais de utilização da natureza para encarar os desafios das cidades. As decisões relativas ao uso do solo e outros recursos naturais em áreas urbanas têm um impacto muito significativo sobre a qualidade de vida dos habitantes das cidades e sobre em que medida o desenvolvimento urbano é sustentável. Um número crescente de cidades debate-se com a questão da expansão urbana, perda de biodiversidade, pressão sobre os ecossistemas, poluição, desastres naturais e provocados pelo homem, alterações climáticas e riscos relacionados. O ‘urban sprawl’ (alastramento urbano) é uma preocupação central em muitos países e cidades, não apenas nas principais aglomerações urbanas, mas também em aglomerados urbanos mais pequenos, levando em alguns países à enunciação de políticas de ‘zero (urban) growth’, nem por isso bem sucedidas.

Em simultâneo, o uso racional e responsável do recurso solo em conjunto com a implementação de soluções baseadas na natureza, podem contribuir para construir cidades compactas, espaços urbanos habitáveis, bem como para mitigar os desafios associados. A procura do equilíbrio entre compactidade e o alcance de uma elevada qualidade de vida num ambiente urbano saudável é um desafio maior para as áreas urbanas da Europa, que as políticas urbanas devem enfrentar.

Os dois objetivos gerais são a promoção de um modelo de cidade compacta habitável, e de optar claramente e promover soluções baseadas na natureza, como ferramenta para a construção de espaços urbanos sustentáveis e habitáveis.

A governança das áreas urbanas e do planeamento do uso do solo não recaem diretamente sob a alçada da União Europeia. Os Estados Membros são

os responsáveis pela definição das políticas e práticas neste domínio ao nível nacional, segundo os princípios da proporcionalidade e subsidiaridade. Daqui a diversidade de soluções nos diversos países para problemas comuns. De qualquer modo, o planeamento urbanístico é uma disciplina profundamente estruturada e enraizada na história urbana europeia e sobrepõe-se com muitas outras áreas de política. A investigação científica sobre temas de planeamento urbanístico está muito ativa e proporciona conhecimento útil para a formulação das políticas necessárias neste domínio.

A transição para cidades verdes, compactas e eficientes em termos energéticos tem a capacidade de dar uma contribuição chave para o crescimento sustentável. A densificação da população urbana permite deslocações mais curtas para trabalho e serviços, mais percursos a pé, mais utilização da bicicleta e dos transportes públicos, enquanto os alojamentos em edifícios multifamiliares requerem menos aquecimento e menos solo por habitante.

A prevenção da expansão (alastramento) urbano pode incluir as abordagens seguintes:

- › Colmatação urbana e priorização da renovação urbana, regeneração e readaptação de áreas urbanas existentes;
- › Provisão de edifícios de alta qualidade, habitação a preços acessíveis, espaços públicos e políticas de mobilidade;
- › Proteção de áreas urbanas verdes e promoção de soluções baseadas na natureza para proteção ambiental.

No entanto, ainda se verificam algumas limitações, como sejam a falta de instrumentos de planeamento eficientes para aquelas finalidades, bem como uma capacidade insuficiente dos municípios e dos serviços de planeamento para resolverem as questões complexas e que interferem com diversos outros domínios de intervenção como sejam o desenvolvimento socioeconómico e territorial.

Acresce a falta de instrumentos de regulação e financeiros que integrem a gestão multifuncional e circular do uso do solo na governança urbana (ao nível local ou funcional), e que permitam articular os diferentes níveis territoriais de facto.

Acresce ainda a falta de regulação eficiente e de incentivos fiscais para atração do investimento privado para a regeneração urbana, o que conduz a subutilização de áreas urbanas existentes, mesmo que obsoletas.

As soluções baseadas na natureza ainda não têm sido consideradas prioritárias na agenda das autoridades urbanas devido a uma falta de consciência

social e ambiental geral sobre o que significam e que benefícios podem acarretar, nomeadamente para a redução dos efeitos negativos que resultam das alterações climáticas e da impermeabilização do solo, dos efeitos positivos para a saúde pública, da redução do risco de cheias e inundações, do arejamento, e da qualidade e biodiversidade urbanas.

Ao mesmo tempo, as questões do uso do solo sustentável nas cidades europeias não foram integralmente abordadas pelas políticas europeias sobre sustentabilidade e mesmo pelas políticas regionais e locais, apesar da extensa cobertura da literatura sobre temas como o nível urbano local, a expansão urbana, o consumo de solo, o planeamento territorial e soluções baseadas na natureza.

Os temas considerados mais pertinentes para ação são os seguintes:

- › Urbanização policêntrica e áreas urbanas funcionais;
- › Reurbanização de áreas urbanizadas e reutilização de solo urbano abandonado, obsoleto ou subutilizado;
- › Serviços de ecossistemas;
- › Infraestruturas verdes ou azuis;
- › Governança urbana e instrumentos territoriais, políticas reguladoras;
- › Participação e cidadãos/ envolvimento da sociedade civil;
- › Modelos financeiros, mecanismos de financiamento para apoio ao uso sustentável do solo.

MOBILIDADE URBANA

A mobilidade urbana enfrenta hoje desafios importantes: os crescentes níveis de congestionamento, a poluição atmosférica e sonora relacionada, as alterações climáticas, a procura de alternativas aos combustíveis fósseis e outros recursos limitados, o crescimento da urbanização e as limitações dos orçamentos públicos.

O desafio central está em lidar com o aumento da procura de mobilidade enquanto se desenvolve um sistema de mobilidade resiliente que possa enfrentar os desafios do futuro. Os conceitos de mobilidade urbana têm de ter especialmente em conta a ligação de zonas suburbanas, áreas metropolitanas e tráfego transfronteiriço. A estrutura e desenho da cidade, a compatibilidade ambiental e social são aspetos críticos.

A mobilidade é um tema com numerosas interligações. Questões importantes do desenvolvimento urbano integrado, como o desenvolvimento ur-

banos sustentáveis, as mudanças climáticas em espaço urbano, a mobilidade inovadora, e a conceção de soluções orientadas para as pessoas na construção da sociedade interceta múltiplos setores e departamentos e envolve um grande número de partes interessadas, numa estrutura em rede. Existem ainda ligações importantes entre os aspetos da mobilidade e da saúde. O tráfego motorizado, em particular, pode ter um impacto negativo sobre a saúde dos moradores locais, enquanto o comportamento de mobilidade individual, especialmente os modos ativos, pode oferecer uma ampla gama de benefícios cruzados.

A mobilidade no âmbito da Agenda Urbana tem assim um conjunto de ligações importantes, especialmente com o uso sustentável do solo e com a qualidade do ar:

- › o planeamento urbano e o desenvolvimento da mobilidade devem ser vistos como dois lados da mesma moeda, em que os transportes e a mobilidade são variáveis dependentes das estruturas urbanas e dos usos do solo;
- › a forte ligação entre a mobilidade e a qualidade do ambiente deve ser apreendida como uma forma de contribuir eficazmente para assegurar o cumprimento dos valores-limite acordados, nomeadamente quanto ao clima, à qualidade do ar e ao ruído.

Como afirmado no Pacto de Amesterdão;

‘os objectivos da parceria para a mobilidade urbana... "devem ter uma mobilidade urbana sustentável e eficiente. O foco será o transporte público, a mobilidade suave (caminhada, ciclismo, espaço público) e acessibilidade (para deficientes, idosos, crianças pequenas, etc.) e um transporte eficiente com boa conectividade interna (local) e externa (regional).”

Em consonância com estes objetivos, no domínio da mobilidade urbana pretende-se mais sustentabilidade e eficiência. O foco está na perspectiva de médio e longo prazos. Os quatro temas prioritários são:

- › Governança e planeamento;
- › Transporte público (incluindo autocarros ‘limpos’ e acessibilidade);
- › Modos ativos de transporte e espaço público;
- › Novos serviços de mobilidade e inovação.

O plano de ação para a mobilidade da Agenda Urbana inclui uma lista de nove ações principais distribuídas nos quatro principais tópicos acima referidos.

Governança e planeamento

1. É necessário reforçar a cooperação e a governação multinível neste âmbito e procurar recolher e partilhar exemplos de experiências práticas com governação multinível e abordagens de parceria que tenham sido implementadas nas áreas urbanas e funcionais em toda a Europa, incluindo modelos de planeamento e financiamento.

2. É também necessário reforçar a adoção de um planeamento sustentável da mobilidade urbana, o que envolve:

- › uma base de dados de cidade com informações sobre mobilidade urbana e planos de transporte nas cidades e cidades europeias;
- › uma visão geral dos enquadramentos nacionais do Planeamento da Mobilidade Urbana Sustentável em todos os Estados-Membros;
- › orientações atualizadas do Planeamento da Mobilidade Urbana Sustentável, abordando os desenvolvimentos recentes em política e tecnologia.

Transporte público e mobilidade

3. Avaliar as melhores práticas para garantir o acesso conveniente aos transportes públicos – as metas de ação para compreender, numa base coerente, até que ponto os sistemas de transporte público são acessíveis em cidades e regiões (tecnicamente, financeiramente, comunicativa-mente, organizacionalmente). Isto ajuda a identificar o impacto de diferentes estratégias de melhores práticas o que, por sua vez, pode otimizar a tomada de decisão a todos os níveis.

4. Aumento do número de autocarros limpos – os autocarros limpos (energias alternativas) em zonas urbanas oferecem vantagens consideráveis: reduções das emissões de gases com efeito de estufa, poluentes atmosféricos e ruído trazem benefícios consideráveis para a saúde. Há, pois, que implementar políticas públicas de apoio a este crescimento.

Modos ativos de transporte e espaço público:

5. Elaboração de orientações sobre infraestruturas para a mobilidade ativa apoiadas por financiamento relevante. Não existem normas ou recomendações a nível europeu sobre a forma de conceber infraestruturas seguras, confortáveis, diretas e atrativas para vias pedestres e cicláveis. Assim, é necessário elaborar orientações europeias e incentivar os Estados-Membros a desenvolverem as suas próprias orientações. É igualmente necessário desbloquear mais investimentos europeus para vias pedestres e cicláveis.

6. Promover um comportamento de mobilidade sustentável e ativa com base no estudo e planeamento de abordagens para planos de mobilidade em escolas e empresas.

7. Redução da diversidade de regulamentos sobre acesso para veículos urbanos (UVAR). Um número crescente de regimes para a UVAR na UE pode criar confusão para os cidadãos e as empresas. A ação destina-se a aumentar a transparência e, sempre que possível, a apoiar a eficácia das abordagens existentes.

Novos serviços de mobilidade e inovação

8. Explorar a implementação dos novos serviços de mobilidade – o futuro sistema de transporte será uma combinação de serviços de transporte que agrega dados de viagem e que comunica com a infraestrutura à sua volta. Os novos serviços de mobilidade refletem uma mudança dinâmica no sector. Importa investigar como a implementação dos novos serviços de mobilidade pode fornecer soluções para os cidadãos e apoiar as autoridades de transporte na gestão destes desafios.

9. Criação de um quadro europeu para a promoção da inovação na mobilidade urbana, o que requer a elaboração de recomendações para otimizar as condições-quadro, a fim de facilitar a aplicação e o financiamento de projetos inovadores por parte das cidades e regiões.

TRANSIÇÃO DIGITAL

O objectivo central da transição digital consiste em proporcionar serviços públicos melhorados aos cidadãos, apoiar as cidades europeias na exploração do que a transformação digital proporciona e apoiar os negócios europeus no desenvolvimento de novas inovações e na criação de novas oportunidades de negócios nos mercados globais. O plano de ação está ligado a várias estratégias da UE, nomeadamente a Estratégia Digital para o Mercado Único Europeu, a Agenda Digital da Comissão, que constituiu um dos sete pilares da Estratégia Europa 2020, e o Plano de Ação do eGoverno da UE 2016-2020.

A Transformação Digital tem um grande potencial para melhorar serviços e processos, permitindo que sejam mais amigos do utilizador e mais eficientes em termos de custos. É essencial que a transição digital na Europa se baseie em requisitos sólidos que coloquem o interesse do cidadão em primeiro lugar, considerando os desafios tais como a segurança e a privacidade que as novas tecnologias acarretam.

O estado atual da transição digital das cidades é muito variado. As cidades grandes tendem a ser a face da transformação digital devido à maior procura de serviços e interações mais complexos, e pela sua maior capacidade para

desenvolverem e proporcionarem esses serviços. Os principais fatores que limitam a transição digital das cidades é a falta de fundos e a falta de capacidades técnicas, muito embora o âmbito e impacto destas limitações seja variável. Outro fator, especialmente em cidades mais pequenas, é a falta de visão estratégica. Há necessidade em identificar as regiões e cidades que precisam de apoio neste domínio, para que se tornem mais atrativas e competitivas.

Sublinha-se a necessidade de criação e oferta de soluções europeias para a transformação digital global dos mercados. Neste contexto, as cidades têm um papel central, uma vez que proporcionam os serviços aos seus cidadãos e criam as condições para os negócios. Propõem-se iniciativas que visem os efeitos mais profundos na transformação da governança urbana, na qualidade e preenchimento da vida dos cidadãos, e nas melhores vantagens para os negócios e oportunidades para o seu crescimento.

A nova infraestrutura digital definirá em grande medida a evolução futura das cidades europeias. O acesso à internet rápida e a conectividade robusta geral torna-se um serviço básico tal como o fornecimento da energia elétrica e da água. As infraestruturas públicas ‘tradicionais’, tais com a iluminação pública ou a gestão de tráfego, estão a ser melhoradas para se tornarem progressivamente digitais e multifuncionais. A necessidade de oferecer uma solução centrada nas pessoas para acesso, gestão e partilha de dados cresce todos os dias. As cidades também já dependem das suas infraestruturas digitais e outros bens digitais que frequentemente se interligam com o mundo físico, pelo que a separação entre os dois deixou de ser possível.

As novas tecnologias emergentes têm um grande potencial para melhorar os serviços públicos para os cidadãos e para novas oportunidades de negócio. Inovações como 5G, tecnologias de realidade virtual and realidade aumentada, ‘blockchain’ e comunicação sem fios através de luz (LiFi) permitirão que todo o potencial da Inteligência Artificial e da Internet das Coisas se desenvolva. Dentro de poucos anos haverá um salto substancial nos dispositivos interconectados. Há assim um enorme potencial para que a transformação digital melhore a qualidade de vida dos cidadãos, bem como para a transformação da economia.

Mas apesar de todas estas oportunidades da era digital, também podem surgir riscos. Nas sociedades digitais, os cidadãos devem dispor do direito de controlar os seus dados e a sua privacidade, incluindo os ganhos que resultam do valor da sua própria informação. As cidades devem apoiar os seus cidadãos na minimização dos efeitos de segregação pela transformação digital. Com o progresso da transformação digital, as pessoas vão querer ter maior

controlo sobre o desenvolvimento, bem como sobre ferramentas para avaliar o progresso.

De entre desafios específicos que as cidades irão enfrentar destaca-se a possível recolha excessiva de dados, acesso e proteção de dados, riscos de cibersegurança da infraestrutura. A economia de plataformas digitais introduz mudanças que vão para além da criação e distribuição de valor económico. Tem um valor social e, por vezes, impacte social. Plataformas como a ‘Uber’ ou a ‘Airbnb’ proporcionam serviços diferentes e, por vezes melhores, e mais baratos, permitindo também conferir valor comercial a valores individuais. Mas estes podem ter efeitos negativos, contornando certas regulamentações – como pode ser o caso da ‘Uber’, ou ter impactes negativos na vida local através do seu contributo para a gentrificação como é o caso da Airbnb, alterando significativamente o carácter de bairros inteiros, o mercado imobiliário e pequenos negócios locais. Para responder a estes desafios, as cidades devem procurar ser tão adaptativas quanto possível e estarem atentas ao que que a ‘tecnologia disruptiva’ possa trazer.

O Plano de Ação da Transição Digital encara as cidades como os futuros ‘hubs’ de atividades em rede, que desempenharão um papel chave no desenvolvimento social e económico dentro dos limites ambientais. A cidade do futuro será um lugar/’hub’/plataforma, no qual pessoas, companhias etc. ligam as suas atividades e encontram as ligações para tudo o que precisam, sejam empregadores/ empregados, serviços, interação social e produtos.

O objetivo do Plano de Ação para a Transição Digital consite em:

- › Oferecer melhores serviços públicos aos cidadãos, com a ajuda das ferramentas digitais;
- › Apoiar as cidades europeias na exploração das possibilidades da transformação digital; e
- › Apoiar os negócios europeus no desenvolvimento de novas inovações e na criação de novas oportunidades de negócio nos mercados globais.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA INOVADORA E RESPONSÁVEL

Pretende-se facilitar um esforço conjunto para o desenvolvimento de uma estratégia de contratação pública de cidades que facilitem e apoiem a inovação e a sustentabilidade (social, económica e ambiental). O foco está na perspectiva de médio e longo prazo da contratação pública. Os temas a tratar são:

- › Construir uma estratégia de contratação pública e gerir a contratação pública;

- › Desenvolver relacionamentos com os operadores económicos; utilizar o potencial de mercado e aproximá-lo dos compradores;
- › Proporcionar orientação sobre instrumentos legais e melhorar competências sobre contratação inovadora e sustentável.

“Cada ano, mais de 250.000 entidades públicas na UE gastam cerca de 14% do seu PIB na aquisição de serviços, obras e fornecimentos. Em muitos setores tais como energia, transportes, gestão de resíduos, proteção social e serviços de saúde e educação, as entidades públicas são os principais compradores.”

Hoje em dia, a contratação pública está a tornar-se mais estratégica, mais colaborativa, e mais dependente da tecnologia. Soluções inovadoras e responsáveis permitem que as entidades públicas disponham de soluções pioneiras e inovadoras customizadas para as suas necessidades, permitindo que a administração central e local proporcione aos contribuintes os melhores serviços possíveis a menor custo. Contribui para a criação de emprego e maximiza a competitividade da indústria europeia e das PME.

A estratégia em desenvolvimento pretende ser um instrumento integrado e de apoio à governança. Enquanto instrumento de gestão estratégica, permite que as cidades aumentem significativamente o impacto positivo sobre os seus objetivos sociais, económicos e ambientais. Quando as estratégias de contratação pública se encontram bem alinhadas numa estratégia geral de gestão, a contratação pública tem o potencial de contribuir como catalisador a todos os níveis da governança multinível da Agenda Urbana da UE. Os objetivos gerais são: contribuir para os impactos económicos, sociais e ambientais positivos nas cidades.

Este plano de ação desenvolvido pela ‘Partnership’ responsável por este tema propõe um conjunto de ações que podem ajudar as cidades a enfrentar os desafios relacionados com a contratação pública inovadora e responsável. Na seleção das ações propostas foram considerados os seis critérios seguintes: carências urbanas, impacto, exequibilidade, conhecimento especializado, valor acrescentado e sustentabilidade.

CONCLUSÃO

A Nova Agenda Urbana representa uma visão partilhada para um futuro melhor e mais sustentável, no qual todos possam ter direitos iguais e acesso

aos benefícios e oportunidades que as cidades podem oferecer, na qual a comunidade internacional reconsidere os sistemas urbanos e a forma física dos nossos espaços urbanos para o seu alcance.

No âmbito de um processo de aumento da urbanização sem precedentes e no contexto da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, o Acordo de Paris (NU 2015), e outros quadros e acordos globais de desenvolvimento, atingimos um ponto crítico na compreensão de como as cidades podem ser uma fonte de soluções e não de causas, perante os desafios que o mundo hoje enfrenta. A urbanização bem planeada e bem gerida é uma poderosa ferramenta tanto para os países desenvolvidos, como os países em desenvolvimento.

A Nova Agenda Urbana apresenta uma mudança de paradigma baseada no conhecimento científico do urbanismo, dos padrões e princípios do planeamento, da construção, do desenvolvimento, e da gestão e melhoramento das áreas urbanas, segundo cinco pilares principais de implementação: políticas urbanas nacionais.

Nos últimos 20 anos, também a Comissão da Política de Desenvolvimento Regional da OCDE (Regional Development Policy Committee – RDPC) e os seus Working Parties em Política Urbana (WPURB) e em Política Rural (WPRUR) desenvolveram e identificaram mega-tendências, informação sólida, provas, recomendações e uma ‘pool’ de boas práticas sobre (Principles on Urban Policy and Rural Policy – OECD, 2019):

- › Como uma vasta gama de políticas setoriais impacta sobre diferentes ‘lugares’ e quais as suas consequências espaciais;
- › A importância de serem consideradas as geografias funcionais – reconhecendo as interdependências de vários tipos entre áreas urbanas e rurais que, com frequência, não respeitam limites administrativos, são bidirecionais, e não se limitam aos mercados centrados nas cidades;
- › Como conceber, implementar e monitorizar melhores políticas regionais e locais para o desenvolvimento específico dos sítios/lugares (‘place-based’), sustentável e inclusivo.

‘Europe needs cities and regions which are strong and good to live in’
(Leipzig Charter, 2007).

acrónimos

COPERNICUS – programa europeu para a Observação da Terra criado em 2014 entre a EU, os Estado-Membros e Agência Espacial Europeia (ESA).

Climate-ADAPT – Plataforma europeia para adaptação climática, que visa apoiar a Europa na sua adaptação às alterações climáticas através da partilha de dados e de informações, incluindo estudos de caso.

DG Regio – Anterior DG XVI e atual DG Regio and Urban – Direção Geral da União Europeia responsável pela política regional.

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

I&D – Investigação e desenvolvimento.

LIFE – ‘L’Instrument Financier pour l’Environnement’ – Instrumento Europeu criado em 1992 para o ambiente e a ação climática que visa contribuir para a implementação, atualização e desenvolvimento da política ambiental e climática e da legislação através do cofinanciamento de projetos com valor acrescentado ao nível europeu.

NU – Nações Unidas.

PME – Pequenas e médias empresas.

UVAR – ‘Urban Vehicle Access Regulations’ elaboradas pela Direção-Geral para a Mobilidade e Transportes da UE, inicialmente em 2017.

referências

Agenda Europeia para as Migrações, 2015.

https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/communication_on_the_european_agenda_on_migration_en.pdf

Pacto de Amsterdão – Agenda Urbana para a União Europeia, 2016 (a que acrescem os numerosos relatórios dos grupos de trabalho ('Partnerships') temáticos

<http://www.forumdascidades.pt/content/pacto-de-amesterdao-agenda-urbana-para-uniao-europeia>

Nova Agenda Urbana das Nações Unidas, 2016 – Declaração de Quito sobre cidades e aglomerados urbanos sustentáveis para todos

<http://www.forumdascidades.pt/content/nova-agenda-urbana>

<http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese.pdf>

Cork Declaration 2.0, 2016

https://ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/events/2016/rural-development/cork-declaration-2-0_en.pdf

The European Green Deal, 2020

http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2020-0005_EN.html

Leipzig Charter on Sustainable European Cities, 2007

https://ec.europa.eu/regional_policy/archive/themes/urban/leipzig_charter.pdf

Transforming our world – The 2030 Agenda for sustainable development – United Nations, 2015

<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>

Principles on Urban Policy and Rural Policy – OECD, 2019

<https://www.oecd.org/regional/ministerial/documents/urban-rural-Principles.pdf>

Paris Agreement, UN 2015

<https://unfccc.int/process/the-paris-agreement/status-of-ratification>

Reflection paper – Towards a sustainable Europe by 2030 – European Commission, 2019

https://ec.europa.eu/commission/publications/reflection-paper-towards-sustainable-europe-2030_en